

STJ00120272

JOÃO HORA NETO

**A FORÇA
NORMATIVA
DA BOA-FÉ
OBJETIVA**

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Neto, João Hora.
A força normativa da boa-fé objetiva.
/ João Hora Neto Londrina, PR:
Thoth, 2024.

288 p.
Bibliografias: 273-288
ISBN · 978- 65-5959- 688-1

1.Boa-fé objetiva. 2. Direito privado e direito
público. 3. Legalidade: civil constitucional. I.
Título.

CDD 342

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Ronaldson Sousa
Editor-chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Privado: 342
2. Direito Civil: 342.1

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	19

CAPÍTULO 1

A LEGALIDADE CIVIL CONSTITUCIONAL.....	27
1 O direito civil e a legalidade constitucional.....	27
2 Breve histórico do Código Civil de 1916.....	29
3 Premissas do direito civil constitucional.....	31
4 Direito civil constitucional e o Código Civil de 2002.....	34
5 Despatrimonialização <i>versus</i> repersonalização (o ter e o ser).....	38
6 Releitura crítica da metodologia do direito civil constitucional.....	40

CAPÍTULO 2

A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	45
1 Contextualização histórica da boa-fé objetiva.....	45
2 Distinção entre boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	50
3 Boa-fé objetiva como princípio.....	53
4 A cláusula geral da boa-fé objetiva.....	54
5 Funções da boa-fé objetiva.....	56
6 Obrigação como processo.....	63

CAPÍTULO 3

A INCIDÊNCIA CIVILÍSTICA E AS FIGURAS PARCELARES DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	69
1 A nova realidade contratual.....	69
2 Fases pré, durante e pós-negocial.....	71
3 Figuras parcelares (deveres anexos).....	77
3.1 <i>Venire contra factum proprium</i>	78
3.2 <i>Supressio</i>	81
3.3 <i>Surrectio</i>	83

3.4 Tu quoque	84
3.5 Duty to mitigate the loss	87
3.6 Exceptio doli	92
3.7 Cláusula de <i>stoppel</i>	93
3.8 Adimplemento substancial (<i>substancial performance</i>)	96
3.9 Violação positiva do contrato	98

CAPÍTULO 4

A TEORIA CONTRATUAL E A BOA-FÉ OBJETIVA	103
1 O contrato civilístico, o empresarial e o de consumo: o diálogo das fontes.....	103
2 Relevância da classificação contratual	106
3 A classificação tradicional do contrato	107
4 A classificação moderna do contrato	108
4.1 Cláusulas contratuais gerais ou condições gerais dos contratos	110
4.2 Contrato relacional.....	113
4.3 Contrato cativo de longa duração.....	114
4.4 Contratos conexos ou redes contratuais.....	115
4.5 Contrato eletrônico.....	118
4.6 Contrato empresarial e contrato existencial.....	121
4.7 Contrato sob paradigma da essencialidade.....	125

CAPÍTULO 5

VOCAÇÃO EXPANSIONISTA DA BOA-FÉ OBJETIVA E O DIREITO PRIVADO	129
1 Contato social qualificado.....	129
2 Boa-fé objetiva e o direito de família.....	130
2.1 A dívida alimentar e o adimplemento substancial.....	131
2.2 Omissão da paternidade biológica, <i>venire contra factum proprium</i> e o abuso de direito.....	134
3 Boa-fé objetiva e o direito das sucessões.....	136
4 Boa-fé objetiva e o direito das coisas	138
5 Boa-fé objetiva e o direito empresarial	142
6 Boa-fé objetiva e o direito do trabalho	146
7 Boa-fé objetiva e o direito do consumidor.....	148
7.1 Aspectos da relação jurídica de consumo.....	148
7.2 Variações sobre os contratos civilístico, empresarial e de consumo	151
7.3 O grande alcance normativo do contrato de consumo.....	152
7.4 A expansão do contrato e a aplicação jurisprudencial da boa-fé objetiva.....	159

CAPÍTULO 6

VOCAÇÃO EXPANSIONISTA DA BOA-FÉ OBJETIVA E O DIREITO PÚBLICO	173
1 Prevalência do modelo normativo aberto.....	173
2 Boa-fé objetiva e o direito processual	175
3 Boa-fé objetiva e o direito financeiro	180
4 Boa-fé objetiva e o direito tributário	182
5 Boa-fé objetiva e o direito previdenciário.....	184
6 Boa-fé objetiva e o direito administrativo.....	186
7 Boa-fé objetiva e direito ambiental.....	190

CAPÍTULO 7

AS OMISSÕES ESTATAIS ESPECÍFICAS NA SOCIEDADE DE RISCO À BOA-FÉ OBJETIVA	195
1 O século XXI e a objetivação da responsabilidade civil.....	195
2 Princípios da responsabilidade civil.....	198
3 Funções da responsabilidade civil.....	202
4 Sociedade de risco de Ulrich Beck.....	206
5 Mitigação dos pressupostos da responsabilidade civil na sociedade de risco.....	206
6 Responsabilidade civil do Estado e suas omissões.....	210
7 As omissões estatais específicas e a boa-fé objetiva.....	214
7.1 A questão da bala perdida.....	216
7.2 A questão da morte de detento em rebelião em presídio	218
7.3 A questão do suicídio cometido por paciente internado em hospital público.....	219
7.4 A questão do acidente de aluno decorrente de afogamento em horário escolar por queda em bueiro no pátio da escola municipal	219
7.5 A questão da paciente que dá entrada na emergência de hospital público, onde fica internada, não sendo realizados os exames determinados pelo médico, vindo a falecer no dia seguinte	220
7.6 A questão da falta de manutenção das vias públicas	221
7.7 A questão do motorista embriagado que provoca acidente, após ter sido parado numa blitz rodoviária.....	222
7.8 A questão dos movimentos multitudinários, motins populares, tumultos ou quebra-quebras.....	222
7.9 A questão do incêndio da Boate Kiss	223
7.10 A questão do desmoronamento das barragens de Brumadinho e Mariana.....	225

CAPÍTULO 8

O CONTEÚDO ESSENCIAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA E O DECISIONISMO JUDICIAL	229
1 A estrutura das normas de direitos fundamentais.....	229
2 Restrições a direitos fundamentais	233
3 Parâmetros de controle das medidas restritivas e o conteúdo essencial dos direitos fundamentais.....	235
4 O princípio da boa-fé objetiva enquanto mandamento de conduta, de lealdade ou de honestidade.....	237
5 O conteúdo essencial do princípio da boa-fé objetiva e o direito privado	243
5.1 Exemplo em sede de contrato empresarial.....	245
5.2 Exemplo em sede de contrato existencial	246
6 O conteúdo essencial do princípio da boa-fé objetiva e o de direito público.....	247
6.1 Exemplo em sede de direito administrativo.....	248
6.2 Exemplo em sede de direito processual	252
7 A escola do direito livre, o decisionismo judicial e a boa-fé objetiva	255
8 Segurança jurídica e a força normativa da boa-fé objetiva.....	259
CONCLUSÃO	265
BIBLIOGRAFIA.....	273